

## Testemunhos etnográficos da pandemia: a COVID-19 entre povos indígenas e quilombolas na Amazônia

Testimonios etnográficos de la pandemia: COVID-19 entre pueblos indígenas y quilombolas en la Amazonia  
Ethnographic testimonies of the pandemic: COVID-19 among indigenous peoples and quilombolas in the Amazon

Alexandre Aniceto de Souza<sup>1</sup>  
Liliane Lizardo Salgado<sup>2</sup>  
Ozaias da Silva Rodrigues<sup>3</sup>  
Thiago Mota Cardoso<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo é uma contribuição de mestrandes e doutorantes em antropologia para os esforços reflexivos, constituindo-se como uma experimentação coletiva, em várias mãos, para a produção antropológica em torno da pandemia do coronavírus. Resultado de uma experimentação de produção textual no âmbito da disciplina “Vida, Pandemia e Política: Olhares Antropológicas” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), o texto se inspira na noção de “testemunho” e de “etnografia em retalhos” para cruzar olhares antropológicos sobre a pandemia, seus efeitos no “chão” onde vivem povos indígenas e comunidades quilombolas e a estratégias destes coletivos em con-viver num evento catastrófico.

**Palavras-chave:** pandemia, covid-19, Amazônia, povos indígenas, quilombolas

**Resumen:** Este artículo es un aporte de los estudiantes de maestría y doctorado en antropología a los esfuerzos reflexivos, constituyendo una experiencia colectiva, en varias manos, para la producción antropológica en torno a la pandemia del coronavirus. Fruto de un experimento de producción textual en el ámbito de la disciplina “Vida, Pandemia y Política: Perspectivas Antropológicas” del Programa de Posgrado en Antropología Social (PPGAS / UFAM), el texto se inspira en las nociones de “testimonio” y “ etnografía “en parches” para cruzar perspectivas antropológicas sobre la pandemia, sus efectos en el “suelo” donde viven los pueblos indígenas y las comunidades quilombolas y las estrategias de estos grupos para convivir en un evento catastrófico.

**Palabras clave:** pandemia, covid-19, Amazonia, pueblos indígenas, quilombolas

**Abstract:** This article is a contribution of master’s and doctoral students in anthropology to this reflective effort, constituting a collective experience, in several hands, for the anthropological production around the coronavirus pandemic. Result of an experiment in textual production within the scope of the discipline “Life, Pandemic and Politics: Anthropological Perspectives” of the

<sup>1</sup> Graduado na Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto INSIKIRAN de Formação Superior Indígena da UFRR. Atualmente cursando Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. pawankasko@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre e Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. lilianelizardo49@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Antropologia pelo PPGA - UFC/UNILAB e Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. ozaiaufc@gmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Antropologia Social pela UFSC, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. thiagocardoso@ufam.edu.br

Graduate Program in Social Anthropology (PPGAS/UFAM), the text is inspired by the notions of “testimony” and “ethnography in patches” to cross anthropological perspectives on the pandemic, its effects on the “ground” where indigenous peoples and quilombola communities live and the strategies of these groups in living together in a catastrophic event.

**Keywords:** pandemic, covid-19, Amazon, indigenous peoples, quilombolas

## Introdução

Dezembro de 2019, na província de Wuhan, China, emerge um caso de pneumonia reportado à Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma variante de um Coronavírus, o SARS-COV 2. Um caso de pneumonia de origem desconhecida. A infecção respiratória por ele gerada, chamada de Covid-19, logo se mostrou altamente contagiosa. Em pouco tempo o vírus prolifera por meio dos circuitos globais de pessoas e mercadorias, tendo se espalhado rapidamente por mais de 115 países, engendrando uma pandemia que perdura até o presente momento (COSTA, 2020). A despeito dos negacionistas de extrema-direita, medidas sanitárias são tomadas pelos Estados Nacionais e por bairros e comunidades locais, com maior ou menor grau de coerção ou por meio do apoio mútuo, como a instituição do “isolamento social” (com restrições de movimento), o fechamento do comércio e instituições laborais e o uso de máscaras e medidas de higienização. Apesar destas medidas, o impacto da proliferação viral gerou enorme número de casos de infecção e morte, sobrecarga na infraestrutura de saúde, colapso social e econômico e uma corrida biomédica em torno da vacina.

Muito se tem especulado sobre as origens da pandemia. Seria o SARS-COV 2 um vírus que emerge da natureza, num salto selvagem por entre corpos humanos ou foi malignamente uma criação laboratorial? A tese mais convincente é de que o vírus emerge de um “encontro infeliz”: quando a maquinaria do desenvolvimento da modernidade capitalista, por meio da destruição dos habitats e da criação de fábricas de confinamento animal, engendra a fricção inesperada entre espécies (WALLACE, 2020; BENSUSAN, 2020). Soma-se isso à precariedade dos sistemas de solidariedade social dos diversos países afetados e temos aí uma pandemia mortal. Como diria Bruno Latour, a agência viral paralisou o mundo, escancarando as ruínas da modernidade (LATOURE, 2020).

A antropologia e a filosofia não deixaram de acompanhar os rastros virais e uma série de publicações ensaísticas e artigos foram sendo produzidas no desenrolar de uma vida em transe. Destacamos a publicação dos textos do projeto *Pandemia Crítica*, na página da editora N-1<sup>5</sup>, o *Boletim Cientistas Sociais e Coronavirus* no site da ANPOCS<sup>6</sup> e dossiês como os dois números da revista *Mundo Amazônico* com o tema *Reflexiones y perspectivas sobre la pandemia del COVID-19*<sup>7</sup>. As relações da pandemia com as históricas técnicas de gerir a vida e a morte das populações foram atualizadas para compreender as novas formas de produção dos corpos, a somatopolítica como descrita por Paul Preciado (2020), bem como sobre as facetas do racismo no campo da saúde (MARIN, 2020; SANTOS, 2020; STOLL et al. no prelo). A própria noção de vivo e não vivo, bem como das (im) possibilidades de compor vínculos com os “seres criaturais” (HARAWAY, 2019), como os vírus, foram objetos de reflexão filosófica (COSTA, 2020; FERREIRA, 2020; COCCIA, 2020) e das abordagens da etnografia multiespécie (KIRKSEY, 2020). Outros trabalhos reflexivos de cunho mais militante encaravam a tarefa de romper com o dualismo natureza e sociedade, ao articular a emergência da pandemia como fruto das configurações infraestruturais no capitalismo

<sup>5</sup> Ver em <https://www.n-1edicoes.org/textos>

<sup>6</sup> Ver em <https://anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2325-boletim-semanal>

<sup>7</sup> Ver em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/issue/view/5527>

tardio e no neoextrativismo, que faz confluir mercadorias, infraestruturas, transformação de paisagens e rompimento de modos de vida em múltiplas-escalas e temporalidades (Coletivo Chuang, 2020; WALLACE, 2020; BENSUSAN, 2020; MORAES, 2021).

Neste circuito de produção reflexiva, podemos dar destaque a todo esforço em se pensar a circulação do SARS COV 2 como um acontecimento cosmopolítico por meio das reflexões e estratégias de povos indígenas. O livro de Aparecida Vilaça (2020), *Morte na Floresta* traz, ao mesmo tempo, uma contundente reflexão sobre a história dos genocídios dos povos indígenas sul americanos e sua relação com epidemias coloniais e às perspectivas dos povos indígenas sobre como responder aos processos epidêmicos e pandêmicos. O livro de Vilaça acompanha as reflexões cosmológicas e etiológicas oriundas do pacto etnográfico entre o líder yanomami David Kopenawa e o antropólogo Bruce Albert (KOPENAWA; ALBERT, 2019). O artigo de Els Lagrou (2020) sobre a noção Huni-Kuin de Nissun e a vingança do povo morcego é um outro exemplo desse exercício reflexivo. Cabe, sobretudo, destacarmos a incursão de antropólogos e antropólogas indígenas na escrita sobre seus pensamentos e estratégias frente a Covid-19 (AZEVEDO et al. 2021; AURORA, 2020; BARRETO, 2020; MUNDURUKU, 2020; KRENAK, 2020), muitas destas publicadas no site da plataforma Pandemias na Amazônia<sup>8</sup>, situado na Universidade Federal do Amazonas.

O presente artigo é uma contribuição de mestrandes e doutorantes em antropologia para esses esforços reflexivos, constituindo-se como uma experimentação coletiva, em várias mãos, para a produção antropológica em torno da pandemia do coronavírus. Resultado de uma experimentação de produção textual no âmbito da disciplina “Vida, Pandemia e Política: Olhares Antropológicos” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), o texto se inspira na noção de “testemunho” e de “etnografia em retalhos” (APARICIO, et al. 2020) para cruzar olhares antropológicos sobre a pandemia, seus efeitos no “chão” onde vivem povos indígenas e comunidades quilombolas e a estratégias desses coletivos em conviver num evento catastrófico.

### **A chegada da COVID 19 na “cidade mais indígena do Brasil”**

por Liliane

A humanidade e principalmente nós indígenas não imaginávamos que no ano de 2020 iria se iniciar um novo modo de viver que mudaria a vida de milhares de pessoas de todas as classes sociais, pobres, ricos, negros, brancos e indígenas que enfrentariam a doença desconhecida. Um vírus invisível que foi capaz de fazer muitas pessoas perderem parentes e enfrentarem dias de pesadelo, sem saber se existiria o amanhã, onde a fé se fortaleceu e as medicinais tradicionais indígenas que estavam desaparecendo e perdendo o seu valor, foram resgatadas e mais valorizadas pelos indígenas da região.

As notícias referentes a Covid -19 foram informadas pelos jornais, fazendo com que a cidade mais indígena entrasse em desespero, pensava-se que, pelo fato de o vírus estar em um país distante, os indígenas não seriam afetados. Em São Gabriel da Cachoeira, localizada no Estado do Amazonas, foi criado um comitê de enfrentamento com representantes de vários órgãos do município, com o objetivo de fazer barreiras sanitárias para tentar impedir que o vírus desembarcasse na cidade mais indígena do Brasil e matasse os indígenas da região. Foram feitas várias reuniões para se preparar para o dia em que o vírus chegasse à cidade. Equipes de saúde ficavam nos portos da cidade, nos aeroportos, onde tivesse acesso de chegada de outros locais, como cidades vizinhas e vindas da Capital, para tentar impedir que pessoas de outras cidades desembarcassem e ficassem circulando na cidade transmitindo o vírus. As pessoas que estavam em Manaus não conseguiram retornar para São Gabriel da Cachoeira e, assim, o inverso, o trânsito de pessoas querendo ir para

<sup>8</sup> Ver em <https://www.pandemiasamazonia.com.br/>

Manaus em busca de tratamento também estava impedido, pois não havia barcos, lanchas transportando passageiros, havia apenas avião para locomoção de pacientes doentes.

Panfletos foram criados pelo Instituto Socioambiental - ISA nas línguas indígenas, informando a importância do distanciamento social e da higiene das mãos para evitar que os indígenas se contaminassem, pois no início foi difícil. Como falar para um parente parar de se reunir no centro comunitário aos domingos para comerem juntos a *quinhampira*? Como falar para o parente não cumprimentar o outro parente sem apertar as mãos? Pensei que estariam “fritos”, porque achei que seria impossível.

Equipes de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI foram designadas a irem nas beiradas dos rios onde os Hup'dah estavam instalados no momento em que resolviam as situações de documentos, bolsa família etc.. As equipes tinham o objetivo de informar que uma doença nova e desconhecida estava chegando à cidade e que o meio de prevenção seria o distanciamento social e a lavagem das mãos, pois a única informação que tínhamos é que não havia cura para a doença, não havia remédio e que caso a pegássemos, provavelmente morreríamos. O que poderia ser feito era retornar as suas aldeias o mais rápido possível, para fugir do vírus que estava a caminho e se isolar, não recebendo visitas de outros parentes indígenas.

Depois de diversas tentativas de impedimento de o vírus desembarcar em São Gabriel, infelizmente o tão temido dia chegou, em abril de 2020, quando diversos parentes indígenas começaram a ir a óbito no Hospital Militar de São Gabriel da Cachoeira. A partir daí começamos a enfrentar uma guerra diária com um vírus invisível, sem saber que tipo de invasor estaríamos enfrentando, sem ter remédio certo para a cura. A única informação repassada foi sobre os métodos de prevenção, porém a cura da doença não existia para os “brancos”. A partir de então, era tudo ou nada, já que não tinha remédio dos brancos, já que é uma doença de branco, os indígenas foram usando seus conhecimentos tradicionais que foram repassados de geração a geração, remédios caseiros feitos à base de plantas, como cascas e raízes de árvores, acompanhados de benzimentos. Defumações eram feitas ao redor das casas e nas pessoas, para evitar que o vírus entrasse naquela casa, naquele momento eram as armas que os indígenas possuíam para enfrentar a Covid-19.

Sendo que os pajés ou benzedores indígenas estão acostumados a curar as doenças nossas, de índios, como as doenças causadas por seres encantados ou por outros pajés, com a chegada da Covid 19 os remédios caseiros tradicionais indígenas foram mais valorizados, pois já vinham sendo usados desde muitos séculos para cura de diversas doenças que enfrentam até os dias atuais. Há famílias que tomavam diariamente chá de casca de saracura mirá, paracanaúba, entre outros, para evitar que pegassem a doença, ingerindo como método de prevenção, sendo assim desde crianças até os anciãos tomavam o remédio. As defumações com breu, chicantá, casa de cupim eram feitas ao redor da casa para evitar que o vírus chegasse naquela residência. Além disso, as coisas simples que não eram mais valorizadas começaram a ter valor, como o simples aperto de mão que serve para cumprimento fez falta, o abraço não pode mais ser dado, as festas com datas importantes não poderiam mais ser comemoradas.

Nós, indígenas, já havíamos enfrentado outras epidemias ou pandemias desde a colonização, sendo que só conhecíamos por histórias dos nossos antepassados e não havíamos vivenciado.

Segundo Munduruku (2020, p. 06):

Nós pedimos tanto, mas infelizmente o vírus chegou aqui. A gente não vê esse inimigo, ele é tão traiçoeiro que qualquer um pode pegar. Uma doença do capitalismo, que veio da matança dos animais, veio da destruição das florestas, veio da contaminação dos rios. Uma doença dos pariwat que só querem os recursos para abastecer o desenvolvimento que produz morte. É um desenvolvimento de morte esse que o capitalismo faz, e esse desenvolvimento trouxe o vírus até aqui.

Concordo com Alessandra Korap Munduruku e também com Els Lagrou, que afirma que,

as epidemias são o resultado do desmatamento e da extinção dos animais que antes eram seus hospedeiros simbióticos. As epidemias são também o resultado de uma relação extrativista das grandes cidades com as florestas. Elas surgem nas franjas das florestas ameaçadas, nos interstícios da fricção interespecie e de lá são rapidamente transportadas para o mundo inteiro através de caminhões, barcos e aviões. E não é somente a caça, cujo estresses causa pandemias, outros animais também sofrem e causam doenças. Estes são prisioneiros de outra área intersticial entre a floresta e a cidade, a área rural do grande agronegócio alimentício, notória para o surgimento de novas gripes virulentas que podem virar pandemias. É nas grandes criações industrializadas de galinhas e porcos confinados que surgiram há alguns anos a chamada ‘gripe suína’ e outras que foram um prenúncio do vírus que observamos hoje (LAGROU, 2020).

Para Araújo (2020), o eco das epidemias anteriores e o fato de eles próprios reconhecerem que “quase acabaram”, levou o grupo a se concentrar em seus territórios e procurarem formas de enfrentar o período difícil que se avizinhava. Os pedidos dos profissionais de saúde para que permanecessem nas aldeias, os esforços das lideranças para abastecerem as famílias e as notícias do aumento das mortes no Brasil, não foram suficientes para que o grupo deixasse de frequentar a cidade. As notícias de que os beneficiários do programa de transferência de renda Bolsa-Família também se tornaram detentores do auxílio emergencial – garantia do pagamento de seiscentos reais por três meses –, fez com que alguns Karitiana se deslocassem para os bancos e o comércio de Porto Velho.

Os deslocamentos de indígenas da aldeia para a cidade em busca de alimentos industrializados e benefícios sociais, foi uma das grandes causas de o vírus ter chegado nas aldeias do Alto Rio Negro. Os indígenas não tinham o hábito de usar máscaras e outros equipamentos de proteção individual, álcool em gel ou lavagem para higienização contínua das mãos e muito menos manter distanciamento social que são as orientações da OMS. Havia filas em caixas lotéricas do município, onde os indígenas iam em busca de auxílio emergencial, como bolsa família, entre outros benefícios.

Sendo assim, São Gabriel da Cachoeira decretou estado de emergência e implementaram medidas para conter sua propagação, com recomendação de evitar aglomerações de pessoas e restrições severas de circulação até certos horários, palestras realizadas nas aldeias pelas equipes de saúde, temendo a lotação do único hospital da cidade com poucos leitos e a morte de vários indígenas.

Na cidade é mais fácil se isolar e se trancar em sua casa, na aldeia é mais complicado, sendo que quando alguém da aldeia adoece, os vizinhos querem visitar, levar remédio caseiro ou ajudar de alguma forma. Essa seria uma forma de um passar para o outro, pois se um indígena se contaminasse na cidade e fosse para a aldeia, isso seria o suficiente para contaminar todos da aldeia. E ainda tem aldeias de difícil acesso, onde para chegar no local, além de passar horas tentando entrar no igarapé, ainda tem que andar pelo caminho na mata diversas horas, sem contar a distância da cidade até o igarapé de voadeira. Não tem telefone ou algum meio de comunicação, os resgates, em caso de emergência, são somente de helicóptero pela equipe do DSEI, ficando mais difícil durante a pandemia, devido à questão de logística para sair de suas aldeias, seja via terrestre, fluvial ou até mesmo aérea. Ainda corriam o risco de se deslocar à cidade e não conseguirem uma

vaga no leito do Hospital por conta do alto índice da população que também procurava esse tipo de tratamento na cidade e, ainda, ir a óbito e ser enterrado longe de sua casa, família e amigos.

Muitos parentes morreram fora de suas terras, de suas aldeias, longe de seus parentes, pois foram encaminhados para Manaus ou estavam na cidade e, como seguiram o previsto, não puderam ter velório. Não puderam fazer o ritual de velar, chorar, cantar, contar histórias com os parentes, isso doeu demais em nossos parentes, pois já é doloroso perder um parente e, ainda mais, sem poder dar um enterro digno, ninguém quer perder alguém dessa forma, ou mesmo ninguém quer partir desse mundo para outro local. Me senti impotente sem poder fazer nada quando perdi o meu tio às 20 h e às 23 h ele já estava sendo enterrado no túmulo de meus avós maternos, sem a presença de seus parentes, sem seus amigos próximos para a última despedida. Meu peito sentia uma dor, estava sangrando. É muito dolorido uma pessoa forte e saudável, cheio de vida, perder a guerra para esse vírus. Tive medo pela minha mãe, filhos, tios e hoje estou aqui falando sobre esse assunto, após o noticiário falar de morte atrás de morte.

O indígena na aldeia tem o ar puro da natureza, desperta com o sol da manhã, tem os cantos do pássaro, tudo isso a mãe natureza dá para as pessoas, que não a preservam. Com a chegada desse vírus percebemos o quanto o ar puro ou respirar é tão importante, o valor é percebido em um leito de hospital sem poder respirar ou então respirar com a ajuda de um aparelho. Esse vírus está afetando a humanidade, pois as fruteiras continuam a dar frutos, as árvores continuam a crescer, os animais estão vivendo bem, percebe-se que esse vírus não mata pássaros ou outro tipo de animal. Quem está em desespero são os seres humanos, lembro que em janeiro os cachorros da rua choravam dia e noite que era de assustar, parecia que estavam sentindo que muita gente ia morrer ou que seus donos partiriam desse mundo.

Percebe-se que a quarentena nas aldeias e na cidade, imposta pela Covid – 19, nos faz refletir como a outra pessoa é importante, como somos tão frágeis perto de um vírus invisível, o que nos faz pensar como o dinheiro não serve para comprar o ar dos pulmões. Essa doença veio para mostrar que não importa a classe social, ela chega para todos, onde as pessoas aprenderam a valorizar as coisas simples da vida. Os indígenas resgataram seus conhecimentos tradicionais que estavam sendo substituídos pelos medicamentos industrializados e nessa nova doença o que foi mais valorizado foi a medicina tradicional e não a ocidental. Mas os dois caminhando juntos terão mais eficácia, tomando a vacina de um lado e tomando seu chá benzido de outro lado.

## **COVID-19 e as concepções Waiwai, ponderações acerca da pandemia**

por Alexandre

Os Waiwai vivem na Amazônia setentrional, na região onde a Serra Acaraí delimita a fronteira entre o Brasil e a Guiana, são falantes de uma língua da família karib. No Brasil, as comunidades Waiwai estão localizadas em três Terras Indígenas: a T.I. Waiwai, no sudoeste de Roraima, T.I. Nhamundá-Mapuera, no noroeste do Pará e no norte do Amazonas a T.I. Trombetas-Mapuera, que abrange uma grande área entre o extremo sul de Roraima, o extremo norte do Amazonas e o noroeste do Pará (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008). Neste ensaio serão abordadas as experiências vividas pelos Waiwai e os acontecimentos durante a pandemia da COVID-19, que estão nas comunidades em Roraima, com quem tive maior aproximação desde o início da pandemia até a época atual.

No final do ano de 2019 os Waiwai souberam, por meios das mídias, do surgimento de um novo vírus no mundo, fortemente mortal para as pessoas. Inicialmente, algumas pessoas moradoras das comunidades Waiwai, não acreditaram que o vírus poderia alcançar o país e também o grupo, pois, na visão deles, pelo vírus estar do outro lado mundo, tão longe, não chegaria a atingi-los. Outra idéia era que, antes que o vírus pudesse se espalhar mais, alguns Waiwai acreditavam que o não índio encontraria uma cura, “o remédio”, e isto estava relacionado ao pensamento de que acre-

ditavam que não pegariam o vírus, e se pegassem não teriam como solucionar, primeiramente porque esta era uma doença do branco, advinda das poluições das grandes cidades, do desmatamento descontrolado das matas. Dessa forma, o vírus circulava no ar deles, que não estava mais natural, pelo mal que causam ao meio ambiente e ao planeta, assim como Nurit (2020) em “Alice no país da pandemia” apresenta como efeito colateral das mudanças climáticas, é o que fazem com que alguns animais entrem em contato com outros que nunca haviam se encontrado antes, causando “o transbordamento de vírus de um para o outro, gerando novas doenças que podem nos atingir” (BENSUSAN, 2021, p. 04). Também para refletir sobre essas discussões apresentadas pelos Waiwai, trago Costa (2020) que discorre a respeito do vírus no antropoceno.

“... diversos estudos científicos indicam que um dos efeitos mais preocupantes do aquecimento global é a maior propagação de doenças infecciosas, em especial as respiratórias. Além disso, como inúmeros trabalhos nos campos da história ecológica e da biologia demonstram, há uma estreita correlação entre os distúrbios ecossistêmicos causados por processos de antropização de paisagens e a proliferação de pragas e vírus. Ainda que a necessidade de agir o quanto antes e de modificar profundamente nossos hábitos cotidianos para impedir que o surto se alastre ofereçam analogias do que poderia ser feito para frear as mudanças climáticas e impedir as catástrofes que o Antropoceno prenuncia: é preciso que a preocupação com os mais vulneráveis aos efeitos dessas mutações, prevaleça sobre o temor de eventuais perdas econômicas geradas pela premente reorganização de nossos modos de vida” (COSTA, 2020, p. 202).

O momento assustador para os Waiwai ocorreu depois da chegada do vírus no estado, no início do ano de 2020. Para a grande maioria, essa notícia representava “o cumprimento da palavra de Deus”. Isso depois da “Waiwaização”, que é um processo de “evangelização” deste grupo, ocorrido em meados de 1949. Desse modo, esta sociedade deixou de praticar quaisquer rituais de proteção em público. O xamanismo, que era exercido para resolver qualquer situação entre o grupo, perdeu a força para dar espaço para o evangelho, este foi o principal acordo feito entre os Waiwai e os missionários daquele tempo, visto que, na época, foi o líder do grupo que era um xamã muito respeitado, quem aceitou a mudança e renunciou a essas práticas para o grupo. Não que atualmente todos os Waiwai desconheçam completamente os processos do xamanismo, percebe-se que, durante toda a vivência com o povo, que algumas práticas não desapareceram completamente, mas que, no entanto, esta sociedade passou a cumprir com mais rigor com o que manda a lei bíblica. Porém, com a constante aproximação da doença, os Waiwai se viram compelidos a tomar medidas mais severas, mas que não envolvessem tais práticas.

Com isso, as lideranças se espelharam nas criações de barreiras como medida protetiva para o vírus nos municípios próximos e no que acompanhavam pelos telejornais. Então, construíram um portão na vicinal que demarca o limite da terra indígena. Ainda assim, estavam amedrontados por não saber o que mais fazer para proteger os familiares. Essa ideia que os Waiwai tiveram, baseados no que era apresentado a eles, de como o não índio estava lidando, com a criação de barreiras de vigilância sanitária, especialmente no início na primeira onda de contaminações, remete ao que COCCIA (2020), reivindica sobre a metáfora do vírus informático que deve ser revertido e afirma que,

“toda informação é um vírus. Toda informação vem de outra parte. Nesse mesmo sentido podemos falar que a linguagem e o pensamento estão estruturados como genes: todo pensamento pode ser decomposto em elementos mais ou menos complexos, os quais, como os genes, podem ser transmitidos. Isso possibilita que as mentes daqueles que recebem informação pensem o mesmo ou emitam o mesmo gesto em um novo contexto” (COCCIA, 2020, p. 07).

Nessa abordagem, apesar de sermos uma mesma sociedade, feita de pessoas, uma informação ou medida não conseguirá surtir o mesmo efeito para todas, muito menos que as medidas sejam aplicadas com a mesma eficiência que ocorre em outro contexto. Portanto, o portão era para servir de controle para o vírus por meio dos que entravam na terra indígena e dos que saíam, porém, os Waiwai tendem a ir com frequência para as vilas e municípios tanto para passear, como para comprar alimentos como arroz, sal, açúcar, entre outros, que acostumaram a comer, mas só conseguem comprar e carregar até as comunidades em pequenas quantidades e semanalmente. Com isso, o portão passou a ser um grande desafio, pois algumas pessoas não estavam contentes com o horário estabelecido para entrada, saída e pagamento às pessoas que ficavam de guarda, principalmente após a descoberta de que algumas lideranças haviam ido embora das aldeias.

Nas comunidades Anauá e Xaari, o vírus fez com que os Waiwai se recordassem de um acontecimento no passado que assombra a história do povo, sobre outra doença, o sarampo, que exterminou os Tarumás/Caruma, seus vizinhos, com quem praticavam suas trocas de mercadorias, uma tradição que é milenar. Na época, eles ouviram e viram o povo inteiro sendo contaminado pelo sarampo e, depois disso, o grupo vizinho não resistiu e foi exterminado por essa doença, um mal que foi trazido por outros índios, os Uapixanas, fato que ocorreu na região da Guiana inglesa. Foi um período muito triste para o grupo Waiwai, que não podiam se aproximar para ajudá-los, senão todos morreriam juntos. Alguns da etnia Tarumá só sobreviveram porque eram casados com outro grupo e não moravam mais naquela aldeia. Na época, a solução foi fugir da doença, indo para mais dentro da mata, longe dos que estavam contaminados, foi isso que os vizinhos dos Tarumá fizeram.

Os Waiwai se encontram na região de matas, é um ambiente onde sabem como sobreviver por meio da caça, pesca e da coleta e, por conhecerem bem a região, alguns chegaram a relatar o pensamento em mudar de lugar, sair de suas casas na aldeia e construir mais longe, dentro da mata, para fugir mesmo dessa nova doença e esperar que este tempo ruim passasse ou acabasse e eles pudessem retornar. Dessa forma, fazendo permanecer aquele primeiro pensamento de fuga que se deu a tempos atrás, por causa do sarampo. Chegaram a formular esse pensamento também porque ao acompanharem, pelas notícias, o crescimento dos números de pessoas infectadas em todo país e de mortes, de que não haveria espaço para atender aos indígenas nos hospitais, caso fossem atingidos.

Pelos municípios próximos que frequentam, as pessoas orientavam a cumprir com as regras da organização Mundial da Saúde - OMS, para evitar a proliferação do vírus. Inclusive pela própria equipe de saúde SESAI/RR que, quinzenalmente, atendem ao povo, passavam as mesmas informações. Destas, o uso de máscaras foi a mais chocante, principalmente entre os mais velhos, pois ao verem os rostos das pessoas pela metade, achavam cômico, sorriam e se perguntavam como iriam saber, na verdade, se estavam felizes ou tristes e que, por meio delas, o não índio encontrou um jeito de controlá-los, de impedi-los de respirar a natureza onde vivem. Contudo, poucos Waiwai aderiram ao uso de máscaras de proteção e de álcool em gel com frequência. Alguns usam apenas quando vão para as cidades, mas ao retornar para a aldeia, deixam de fazer o uso destes materiais e continuam fazendo suas aglomerações dentro da comunidade, principalmente

com o trabalho de roça. É muito difícil para nós, os Waiwai, ficarmos só dentro de casa na aldeia.

A situação descontrolada que a pandemia revelou sobre vários aspectos da política no país, tem causado inquietação e insegurança nos povos Waiwai. Devido às trocas e aos jogos, que eles consideram ser apenas para atender aos gostos dos que rejeitam os indígenas, como as trocas de ministros, principalmente os da saúde, do meio ambiente e também os representantes dos órgãos indígenas, com a simples finalidade de retirar as conquistas que levaram tempo para conseguir. Essa condição fortaleceu a ideia de desamparo do povo indígena que passou a não acreditar na busca pela cura da doença, por parte dos políticos, que acompanhavam de perto as pessoas morrendo e não investiam para descobrir o que fazer para resolver.

Diante do caos instaurado, se a população que vive na cidade é bem informada e tem condições de pagar para ser atendida, não está recebendo o atendimento que precisam para se salvar e salvar seus familiares, tanto pela falta de remédio e de leitos, imaginem os Waiwai, que chegaram à conclusão de que, para os indígenas, a dificuldade é bem maior, porque teriam que aguardar muito mais e com maior chance de não resistir à doença. Fato que se comprovou, para os Waiwai, quando um índio da comunidade Xaari foi infectado pela doença, desenvolveu o estágio grave, no meio do ano de 2020, precisou ser removido para o hospital, não resistiu e veio então a óbito.

Essa notícia fez com que todos tivessem a certeza de que, se mais indígenas fossem parar nos hospitais, aconteceria o mesmo, e de que o nosso país está frágil, sem condições de cuidar da população. Essa fragilidade, os Waiwai acreditam que seja atribuída à falta de união entre as pessoas e à falta de confiança no próprio país. Passamos a ser gerenciados por pessoas que querem decidir por si só o que é melhor para todos, sem buscar diálogos com quem realmente entende do assunto e, ainda mais que isso, barrá-las para priorizar pessoas e pesquisas de outros lugares. Destaco as observações de Cesarino (2020) a respeito do que os Waiwai tratam como desunião e falta de valorização das pessoas próximas.

“A condição pós-colonial brasileira, marcada há séculos pela dependência (material, senão cultural) do que vem de fora, mostra toda sua dramaticidade na atual pandemia. Em contextos em que relações comerciais internacionais complicam-se e torna-se necessário importar quase tudo – testes, máscaras, respiradores – é que vemos os custos das escolhas históricas das nossas elites. Nem o verniz nacionalista do atual governo, nem a falsa oposição globalização globalismo martelada pelo bolsolavismo são capazes de esconder nossas vulnerabilidades e o alto custo dessa falta de autonomia” (CESARINO, 2020, p. 05).

O atual governo foi acompanhado também das “pessoas superiores”, afirmando que a estratégia da imunidade do rebanho faria com que todos pudessem desenvolver uma proteção própria. Não cabe essa ideia a todos, pois alguns iriam se sacrificar, como os Waiwai. Nós, Waiwai, nos espantamos com tanta falta de sentimento, pois em nossa sociedade as pessoas trabalham em conjunto, buscam cuidar do parente doente ou que precisa de ajuda para que sobreviva. Não os abandonam à própria sorte para que só os fortes tenham direito à vida, como foi colocado por Cesarino (2020) a respeito do que estava sendo pronunciado pelos governos.

“É preciso, afinal, que algo seja feito com os muitos que vão sendo deixados pra trás pela desigualdade galopante, precarização do trabalho e automação de funções puxada por uma revolução digital perpétua. Fortalecem-se assim, no senso

comum, as gramáticas que traçam uma linha entre quem merece (tentar) uma vida plena, e quem deve ser excluído da sociedade (ou seja, do mercado) por meio do encarceramento, da morte física ou da expulsão das fronteiras nacionais (...). Gramáticas xenofóbicas, armamentistas, punitivistas, e mesmo eugênicas vão se tornando inextricáveis da lógica do livre-mercado: meritocracia e necropolítica se misturam. Não é apenas que, no Antropoceno, não haverá “natureza” para todos no planeta, como sugeriu Bruno Latour (2015): na “sociedade” neoliberal já não havia” (CESARINO, 2020, p. 03).

Contudo, passaram então a procurar outros meios para se prevenir e tratar, como preparar remédios caseiros, principalmente chás, feitos de folhas e cascas de árvores, e também raízes que encontram pela floresta, como o Timbó e o Gengibre. Como foi comentado anteriormente, os Waiwai, apesar de passarem pelo processo da “evangelização”, em vista do qual tiveram que deixar de lado muitas coisas, ainda assim, por meio do convívio, percebem se que nem todos desconhecem completamente os rituais que praticavam antigamente, mas sim que, não chegam a afirmar que conhecem em público ou revelam de forma clara para os outros. Neste sentido, já existia um histórico para esses elementos, que não foram inventados ou surgidos de uma hora para outra, e carregam neles a história e a vivência desse povo, voltando a serem usados por essa geração, por causa da pandemia que não tinha encontrado ainda nenhum remédio. Alguns buscaram esses conhecimentos tradicionais que seus antepassados usavam para se tratar da febre, dores, infecções ou acidentes, para usarem nos seus parentes que se encontravam com sintomas da Covid-19.

As reflexões diante desse contexto só foram possíveis de serem desenvolvidas a partir da convivência entre o grupo Waiwai. A contribuição por parte deles foi fundamental e, segundo a visão que tem acerca do vírus, que sempre repetem muito entre si, principalmente quando alguém está se descuidando demais, é a de que esse vírus não tem preconceito, portanto, não escolhe atingir tal população ou tal pessoa.

### **As vidas quilombolas numa pandemia amazônica**

por Ozaias

Além dos povos indígenas também os povos quilombolas tiveram que lidar com a pandemia e suas consequências funestas. As considerações aqui feitas foram elaboradas a partir de conversas com duas lideranças quilombolas do Amazonas: Keilah Fonseca, do Barranco de São Benedito (Manaus-AM), e Maria Amélia, de Santa Teresa do Matupiri (Barreirinha - AM). Devido à pandemia, nossas conversas foram feitas por aplicativo de comunicação e, além das informações dessas mulheres quilombolas, farei uso de matérias publicadas em diversos sites e de um artigo acadêmico, como forma de compor um quadro mínimo dos impactos da pandemia sobre as vidas quilombolas no Amazonas.

Coloquei a expressão “pandemia amazônica” no título deste tópico para enfatizar que nas análises sobre a pandemia é importante se ater a contextos sóciogeográficos específicos para entendermos as particularidades de uma pandemia que, além de viral, é também social, econômica e política (SEGATA, 2020).

Começamos, então, pelos *sites*. Quando pesquisamos no *Google* as seguintes palavras em conjunto ‘pandemia quilombolas amazonas’ temos várias notícias sobre o assunto. Algumas realmente falam dos quilombolas amazonenses e outras falam dos quilombolas do Pará e do Amapá. É a partir do que encontrei nessas várias notícias que inicio essa discussão.

Uma matéria publicada no dia 01 de fevereiro de 2021, no site Terra de Direitos<sup>9</sup>, informa que a Coordenação dos quilombolas do Pará empreendeu ações de vigilância em saúde durante a pandemia. Nesse sentido, os quilombolas do Pará não estão sozinhos, pois em várias comunidades quilombolas do país, como no Ceará e no Amazonas, ações que visaram/visam resguardar os quilombolas de contágios e mortes pelo coronavírus foram tomadas. A matéria referida cita um artigo coletivo no qual essas ações e outras questões, como a negligência das autoridades, são discutidas.

Enfatizando a questão da insegurança alimentar em territórios indígenas e quilombolas da Amazônia, a matéria de Raphael Rabelo, publicada no dia 15 de julho de 2020<sup>10</sup>, narra as incertezas com relação à renda, pois nesse contexto não ter renda e não ter comida na mesa são faces da mesma moeda. As atividades de comércio foram reduzidas e o auxílio financeiro do Governo Federal não foi acessado por essas populações devido a inúmeros fatores. Esse quadro apresentado em 2020 só se agravou em 2021, mas o foco do autor era o Pará.

Outras duas matérias, por exemplo, falam especificamente de quilombolas paraenses e amapaenses e suas dificuldades em garantir água potável, alimentação, renda e o isolamento necessário para prevenir a entrada de não-quilombolas nas comunidades (RIBEIRO, 2020). Essas duas matérias foram publicadas no *Amazônia Real*: uma no dia 19 de janeiro de 2021<sup>11</sup>, e a outra no dia 6 de maio de 2020<sup>12</sup>. Esta última matéria cita uma parceria entre o Instituto Tenho um Pé na África e a associação das Crioulas de São Benedito para produzir e vender máscaras a preço acessível<sup>13</sup>. Como o foco são os quilombolas amazonenses, comentarei mais sobre as matérias que tratam especificamente dessas populações.

Em uma matéria do *InfoAmazonia*<sup>14</sup> publicada em 26 de agosto de 2020 e de autoria de Maria Amélia dos Santos, essa líder quilombola fala em isolamento antes e durante a pandemia. Depois de ler essas palavras de Maria Amélia perguntei a ela acerca desse isolamento de antes. Ela afirmou que o mesmo se refere à ausência de políticas públicas naquela comunidade. Estudando e morando, temporariamente, em Manaus ela faz de tudo para ajudar seus irmãos quilombolas do Andirá e também os que estão em Manaus. Passado mais de um ano desde aquela matéria, algumas coisas mudaram, como o número de infectados nas comunidades do Andirá e também os primeiros óbitos, que até aquele 26 de agosto de 2020, data da publicação da matéria, não havia nenhum devido à Covid-19.

Uma outra matéria, do portal G1, de 28 de junho de 2020, que também falou sobre qui-

<sup>9</sup> Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/covid19/artigos/direito-ao-territorio-quilombola-na-amazonia-e-a-pandemia/23532>. Acesso em: 14/09/2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://ecam.org.br/noticias-e-editais/noticias/vulnerabilidade-nas-comunidades-tradicionais-da-amazonia-diante-da-covid-19/>. Acesso em: 27/09/2021.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-quilombolas-tambem-ficarao-de-fora-da-vacinacao-prioritaria/>. Acesso em: 27/09/2021. Neto (2021) destaca a falta de prioridade na vacinação dos quilombolas, citando a ADPF 742/2020 e trazendo os seguintes dados: “Segundo a Conaq, a taxa de mortalidade do grupo por Covid-19 é superior à média nacional de cerca de 3%. No Norte, chega a 11, 5%. Entre os estados com maior número de mortes pela doença nessa população, dois deles estão na Amazônia: o Pará, em primeiro lugar no ranking com 47 óbitos, e o Amapá, em terceiro, com 25” (NETO, 2021).

<sup>12</sup> Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-ja-deixa-rastro-de-destruicao-nos-quilombos-da-amazonia/>. Acesso em: 27/09/2021.

<sup>13</sup> No Barranco e em Barreirinha ações de produção de máscaras foram uma das ações contra o avanço do vírus. Grupos de mulheres se reuniram para produção dessas máscaras, tanto para distribuir no próprio quilombo quanto para doar a outros.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/08/26/portugues-quilombolas-do-rio-andira-e-o-enfrentamento-a-pandemia/>. Acesso em: 27/09/2021.

lombos amazonenses chegou a afirmar que não havia óbitos nesses quilombos até aquela data<sup>15</sup>. A matéria cita um levantamento/pesquisa feito a partir da tese de doutorado de Ítalo Ferreira de Oliveira: “Apesar do Amazonas não ter registrado mortes entre os quilombos, segundo a pesquisa, o estudo diz que a ausência de uma política de governo que atenda às necessidades das populações tradicionais logo fará com que aconteça registro de óbitos”. Infelizmente esse quadro não se manteve, pois o prognóstico feito pelo historiador Ítalo Ferreira fez-se realidade. Em 2021, não apenas no Barranco de São Benedito, mas também em Santa Teresa do Matupiri, comunidade à qual Maria Amélia pertence, houve mortes devido à Covid-19, como me informaram Maria Amélia e Keilah Fonseca.

Nessa matéria do G1 é citada o controle de entrada de pessoas nas comunidades do Andirá. No Barranco não foi diferente: os quilombolas rapidamente agiram, porém, seus cuidados não foram suficientes para impedir os contágios e as mortes. Após meses e meses de pandemia, o cansaço e o vírus vieram. Com o título ‘Covid-19 mata mais quilombolas na Amazônia do que em qualquer outra localidade da América Latina, diz estudo’, a matéria do G1 reforça o alerta que deve ser feito em torno da questão. A frase que se segue ao título coroa nossas preocupações: ‘Pesquisa mostrou que estados da Amazônia representam 63% das mortes causadas pela doença entre populações mocambeiras e quilombolas’.

Albuquerque e Oliveira (2020) comentam sobre a situação no rio Andirá nos seguintes termos:

Nem mesmo o pouco tratamento dado pelo Estado brasileiro a indígenas do rio Andirá foi estendido a populações quilombolas. Não há ações humanitárias e nem assistenciais, excluindo aproximadamente 600 famílias afrodescendentes que possuem como única alternativa plantar e pescar para o sustento. O isolamento social realizado não foi fomentado por agentes estatais, como Fundação de Vigilância Sanitária (FVS) e Polícia Militar (PM). O que houve foi um lockdown alternativo, realizado pelos próprios comunitários dos quilombos do Andirá, pois lideranças temem o espalhamento do Sars-coV-2 pela região (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2020, p. 19-20).

Como essas palavras foram escritas em 2020 há algumas diferenças a serem apontadas quando comparamos com o contexto de 2021. Maria Amélia informou que os quilombolas do Andirá tiveram ajuda de ONGs com cestas básicas e que os mesmos foram vacinados em abril de 2021, com a primeira dose. Também houve uma parceria entre o Fórum Permanente de Afrodescendentes do Amazonas (FOPAAM) e a prefeitura de Barreirinha para se investir na agricultura familiar dos quilombolas. Assim, algumas ações humanitárias e assistenciais foram executadas, em 2021, nos territórios quilombolas do Andirá, porém, isso ainda pouco perto das necessidades mais urgentes daquelas comunidades. Como os autores colocam os quilombolas do Andirá “ainda têm de enfrentar o negacionismo do poder municipal a respeito de suas origens históricas negras, somado às rarefeitas ações sanitárias em combate à Covid-19” (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2020, p. 55-56).

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/natureza/amazonia/noticia/2020/06/28/covid-19-mata-mais-quilombolas-na-amazonia-do-que-em-qualquer-outra-localidade-da-america-latina-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 27/09/2021.

Posso dizer que Albuquerque e Oliveira (2020) fazem um relato da pandemia no Amazonas ao calor do momento, pois sua narrativa segue um fluxo de acontecimentos ao longo de 2020, como se escrevessem ao tempo em que as coisas iam ocorrendo - quase como um realismo etnográfico. Os autores também entrevistaram Keilah Fonseca e Maria Amélia. Em seu relato, Keilah destaca que os quilombolas do interior do Amazonas, como de Barreirinha, por exemplo, estão numa situação de vulnerabilidade social maior do que os quilombolas que estão em Manaus.

No relato que Albuquerque e Oliveira (2020) trazem de Maria Amélia transparece a indignação e o cansaço dos quilombolas por terem que lutar pelo mínimo de direitos e reconhecimento dos territórios do Andará. A partir da fala de Maria é preciso apontar que a falta de políticas públicas nesses territórios está ligada ao um reconhecimento parcial e até preconceituoso da identidade quilombola, por parte dos governantes. A desassistência é geral, impactando na saúde, economia, educação e mobilidade dos moradores. Albuquerque e Oliveira (2020) narram ações de solidariedade que partiram do Barranco de São Benedito e ajudaram quilombolas de Barreirinha e Itacoatiara<sup>16</sup>.

No site Alma Preta, em uma matéria de 9 de fevereiro de 2021<sup>17</sup> a autora começa narrando a morte de Jennyfer Sousa da Silva, moradora do Barranco de São Benedito. As informações trazidas por Nataly Simões confirmam e complementam as conversas que tive com Keilah, pois ela teve parentes e amigos que foram a óbito no primeiro semestre de 2021, bem como Rafaela Fonseca, outra liderança quilombola do Barranco citada na matéria, que viu parentes falecerem pela Covid. Trazendo as palavras de Rafaela a matéria afirma que:

---

<sup>16</sup> Um outro exemplo de auxílio aos quilombolas aconteceu em Itacoatiara, no Lago de Serpa. No dia 25 de maio de 2020 foram entregues cestas básicas, como nos narra uma notícia publicada no site Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror): “[...] a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) ofereceu apoio à Ação da Cidadania de Combate à Fome e à Pobreza do Betinho, organizada pela Sociedade Civil, realizada na comunidade quilombola do Lago do Serpa, em Itacoatiara (distante 176 quilômetros de Manaus). A secretaria ofereceu auxílio logístico na ação, por meio da qual os moradores da comunidade receberam a doação de 50 cestas básicas, com o objetivo de ajudar as famílias durante a pandemia de Covid-19. [...] De acordo com o coordenador do Fórum Permanente de Afrodescendentes do Amazonas, Gláucio Fernandes, o evento foi importante não somente pela entrega das cestas, mas também para trazer a visibilidade para a comunidade negra no interior do estado. Por ser em uma região distante e de difícil acesso, essas populações acabam ficando isoladas, situação que se agravou durante o isolamento social causado pela pandemia do novo coronavírus. O projeto distribuiu 1.000 cestas para 14 instituições que apoiam pessoas em vulnerabilidade social, nas cidades de Manaus, Barreirinha e Itacoatiara. A ação continuará com a previsão da chegada de mais 3 mil cestas básicas no próximo mês”. Disponível em: <http://www.se-pror.am.gov.br/2020/05/26/sepror-apoia-acao-social-em-comunidade-quilombola-de-itacoatiara/>. Acesso em: 29/09/2021.

A CONAB também atuou com entrega de cestas básicas às populações quilombolas amazonenses, como informa uma matéria publicada no site desta instituição em 7 de maio de 2021: “A doação de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a famílias quilombolas isoladas em razão dos protocolos da COVID-19 e em situação de risco alimentar chega nesta sexta-feira (7) a Novo Airão, município que fica na região metropolitana de Manaus. Serão entregues, com utilização de veículo da própria Companhia, 880 cestas básicas para 220 famílias. Parte da doação (400 unidades) vai para a comunidade Tambor Rural, enquanto o restante (480) segue para a extensão da comunidade na região metropolitana. A entrega será feita na Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo do Tambor (AMCT). Até hoje, a Conab já produziu no estado 21.720 cestas. Estão na relação de entrega Atalaia do Norte (6.144) e Benjamin Constant (11.685), e já foram atendidas as comunidades quilombolas de Manaus (580), de Itacoatiara (380), de Barreirinha (720) ...”. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3982-amazonas-co-munidades-quilombolas-do-tambor-recebem-auxilio>. Acesso em: 29/09/2021.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/ser-negro-e-quilombola-na-amazonia-e-depender-ape-nas-do-sus-para-atendimento-na-pandemia>. Acesso em: 27/09/2021.

Nesta segunda onda da pandemia, que afeta duramente a capital do Amazonas, os quilombolas recorrem às inalações, remédios para tosse e aos recursos naturais para se tratar. “Eu tomava chá, coisa das nossas ancestrais, com jambu e alho. Era isso o que a gente tomava aqui”, afirma a quilombola, que suspeita ter contraído o novo coronavírus, assim como o marido e os filhos (SIMÕES, 2021).

Aqui enfatizo duas coisas. Primeiro: a menção às lideranças femininas pioneiras do Barranco, presente na expressão ‘nossas ancestrais’, manifesta que o protagonismo feminino no Barranco se dá desde a sua fundação. Segundo: Maria Amélia também me contou sobre uso de remédios caseiros, com jambu, por aqueles que foram contaminados pelo vírus, mas que não precisaram ser hospitalizados. Ainda nessa matéria, enfatizando a importância do SUS para uma população negra sem acesso a planos de saúde, Simões narra o quadro dramático vivido pela população manauara no primeiro semestre de 2021, com ênfase nos meses de janeiro e fevereiro.

Ao tentar contato com Keilah Fonseca, no primeiro semestre de 2020, fui informado que deveria esperar alguns meses antes de fazer uma visita ao Barranco. Naquele momento, Manaus já estava rotineiramente nos noticiários do país. Aguardei a poeira baixar, mas por vários motivos não cheguei a visitar a comunidade. Mesmo assim, o diálogo que desenvolvi com Keilah, enquanto liderança no Barranco, me fez perceber a dramática situação daquela comunidade. Nada passava despercebido na narrativa de Keilah: desde o protagonismo feminino, sendo as mulheres quilombolas a linha de frente da comunidade durante a pandemia, até a negligência das autoridades e a ajuda de ONGs e várias parcerias civis que foram fundamentais para garantir o mínimo de proteção e alimento àquela comunidade. Tudo isso, e mais um pouco, surgiu como detalhes de uma paisagem pandêmica desesperadora. O tom de denúncia e desabafo nos áudios que Keilah me mandava mostra do quanto é necessário que outras pessoas saibam o que o Barranco estava/está passando durante a pandemia.

Nas conversas com Keilah falamos sobre o presente, o passado e futuro. Falamos sobre as incertezas que permeiam o cotidiano e a iniciativa dos quilombolas do Barranco; falamos sobre avós, pais e os tempos de infância; e falamos sobre o que ela desejava que fosse o quilombo, enquanto possibilidade de uma existência futura. A pandemia se somou aos perigos que rondam cotidianamente os quilombolas no Brasil e veio para ameaçar a existência futura desses povos. Como se não bastasse o racismo, os preconceitos, a negligência estatal e as ameaças dos opositores, o vírus, tanto em sua forma biológica quanto sócio-política, veio para compor um quadro social que já era desfavorável aos quilombolas<sup>18</sup>.

Vemos que com a pandemia muito já se escreveu, se está escrevendo e irá se escrever sobre ela e, nesse sentido, as vidas quilombolas não podem ser esquecidas, mas devem ter suas realidades pandêmicas reveladas<sup>19</sup>. Num contexto político onde o governo federal sabotou as ações de combate à pandemia e certos governos estaduais e municipais deixaram os setores mais vulneráveis à míngua, devemos discutir os impactos econômico-pandêmicos nas vidas quilombolas, mas não num sentido amplo e abstrato e sim num sentido específico e localizado. Ou seja, qual o custo socioeconômico para os desempregados e mais vulneráveis como os quilombolas amazonenses?

---

<sup>18</sup> Essa percepção também foi manifestada pela coordenadora da CONAQ, Givânia Silva: “O fato de não ter serviço de saúde nessas comunidades não tem nada a ver com a pandemia, se trata de uma ausência histórica que o coronavírus reforça e mostra como essas populações vivem às margens dos serviços de saúde. A Covid-19 piorou um quadro que historicamente sempre foi pior” (RIBEIRO, 2020).

<sup>19</sup> Nesse sentido, a Revista Quarentenas Amazônicas fez uma contribuição importante, como podemos ver na matéria publicada no site da Universidade Federal do Amazonas, disponível em: <https://ufam.edu.br/ul-timas-noticias/1510-revista-quarentenas-amazonicas-aborda-a-tematica-indigena-e-quilombola-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 28/09/2021. Como diz a matéria, citando Albuquerque e Oliveira (2020) “ape-sar da invisibilização, os quilombolas são resistentes e vigilantes no que se refere a seus direitos” (COE-LHO, 2020).

Qual o custo da pandemia para essas populações que não detêm os meios de produção do país e nem mesmo têm seus territórios titulados?

Numa pandemia as necessidades das pessoas de carne e osso devem vir antes da economia abstrata do PIB que só gera lucro, mas não o distribui. Como Albuquerque e Oliveira (2020) defendem, essa pandemia veio para tornar mais vulneráveis os que já eram vulneráveis antes dela. Mas os quilombolas resistem como podem: estabelecendo parcerias, exigindo respeito e reconhecimento por parte das autoridades, sendo solidários uns com os outros e se fortalecendo, apesar das circunstâncias extremamente desfavoráveis. Percebe-se que os quilombolas amazonenses estão lutando, em primeiro lugar, pelo direito de continuar suas vidas. Para finalizar de forma otimista é preciso crer que a pandemia vai passar e que o quilombo continuará existindo, pois como já cantou Caetano Veloso “o povo negro entendeu que o grande vencedor se ergue além da dor”.

### **Considerações finais**

Os “retalhos” narrativos, trazem relatos que diferenciam e confluem as percepções sobre o impacto violento do contágio social da SARS COV 2 e as estratégias dos indígenas em São Gabriel da Cachoeira e do território dos Waiwai em Roraima, como de quilombos Amazonenses. Destaca-se, nos relatos, a articulação da autonomia e do cuidado comunitário frente à pandemia com os modos biomédicos de tratar o corpo, numa fricção para o entendimento e a convivência entre diferentes práticas de conhecimento e não a negação e a invisibilidade.

Se, de um lado, a biomedicina afirma os cuidados com corpos individuais e a partir do isolamento social, a perspectiva de comunidades indígenas e quilombolas do presente texto é o de tensionamento do dualismo entre indivíduo e sociedade, na abertura de estratégias que visam à composição de possibilidades de cura e cuidado por meio do social. Neste sentido, quatro são as estratégias visibilizadas: a “fuga” ou o deslocamento, como estratégia coletiva de evitação do contágio; a revitalização, mobilização e difusão de práticas médicas locais, com uso de plantas medicinais e outras técnicas; a mobilização de ontoepistemologias que trazem à tona as noções de mundo, doença e cura dos diversos povos, e afirmam o papel dos especialistas locais, notadamente pajés, xamãs, rezadores e benzedores e; por fim, a articulação destas estratégias com os modos de cuidado e cura apontados pela ciência e pelo sistema de saúde público (SUS).

Tais articulações apontam para modos de lidar com a pandemia que buscam incorporar diversas epistemologias no rol de práticas de cuidado e multiplicar as possibilidades de tratamento e cura. Trazer à tona estes testemunhos de pós-graduandos em suas situações etnográficas, contribuir para visualizarmos que o presente do coronavírus, bem como o futuro pós-pandêmico já está em disputa, ao mesmo tempo que nos coloca frente a processos que convocam a formas de, como diria João Biehl (2021), descolonizar a saúde planetária.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio às pesquisas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, Renan; OLIVEIRA, Georgio Ítalo Ferreira de. Solidariedade e resistência quilombola em tempos de pandemia. In: ALBUQUERQUE, Renan;

FERREIRA, Gerson André A (orgs.). *Revista Quarentenas Amazônicas* – volume 4. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural; Manaus/AM: EDUA, 2020.

ARAÚJO, Íris.M. Os Karitiana e a Covid-19. *Mundo Amazônico*, 11(2), 2020, pp.201-210.

AURORA, Braulina et al. O impacto de uma doença colonial que chega de caravela e de avião: reflexão de quatro estudantes indígenas. *Vukápanavo: Revista Terena*, 2020, p. 277

AZEVEDO, D. L., FERNENDES, Jaime. M., GOUVEIA, Jonilda. H., SALGADO, Liliane I., BARRETO, Silvio. S.; REZENDE, Justino. s.. Breves narrativas indígenas sobre a infecção, tratamento e a cura do coronavírus em Manaus. *Mundo Amazônico*, 12(1), 2021, pp.201-215.

BARRETO, Silvio. A narrativa de kama-wëéri kití, A origem das doenças e males sociais Povo indígena Tuyuka (alto rio negro, noroeste amazônico). *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 7 (2),2020

BEATRIZ, Rebeca. *Covid-19 mata mais quilombolas na Amazônia do que em qualquer outro localidade da América Latina*, diz estudo. 28/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/natureza/amazonia/noticia/2020/06/28/covid-19-mata-mais-quilombolas-na-amazonia-do-que-em-qualquer-outra-localidade-da-america-latina-diz-estudo.ghtml>.

BENSUSAN, Nurit. *Alice no país da pandemia*. 34p. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/116>

BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre,-v.27,n.59,p.337-359, 2021. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832021000100337&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832021000100337&lng=pt&nrm=iso)>

CASTRO, Rosana. Covid-19 e economias da diversidade: uma crítica antropológica da biologização da raça nos ensaios clínicos com vacinas. *ClimaCom – Epidemiologias*, Campinas, ano 7, n. 19, Dez. 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/covid-19-e-diversidade/>

CHUANG, *Coletivo Contágio social. Coronavírus, China, capitalismo tardio e o “mundo natural”*. São Paulo: n-1 edições. Coleção Pandemia Crítica. Disponível em <https://n-1edicoes.org/022>, 2020.

COCCIA, Emanuele. *O vírus é uma força anárquica de metamorfose*. Philosophie Magazine e em La Vorágine. 2020. 9p. 2020.

COELHO, Irina. Revista ‘*Quarentenas Amazônicas*’ aborda a temática indígena e quilombola durante a pandemia. 08/06/2020. Disponível em: <https://ufam.edu.br/ultimas-noticias/1510-revista-quarentenas-amazonicas-aborda-a-tematica-indigena-e-quilombola-durante-a-pandemia.html>.

CONAB. Amazonas – *Comunidades quilombolas do Tambor recebem auxílio*. 07/05/2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3982-amazonas-comunidades-quilombolas-do-tambor-recebem-auxilio>. Acesso em: 29/09/2021.

COSTA, Alyne. Fronteiras entre vida e não vida: O vírus no Antropoceno *Calibán - RLP*, 18(1) -

Volume 18-1, 2020, pp. 202-208.

CESARINO, Leticia. Coronavírus como força de mercado e o fim da sociedade. *AntropoLÓGICA*, 2020, Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/coronav%C3%A9rus-como-for%C3%A7a-de-mercado-e-o-fim-da-sociedade>.

FERREIRA, Pedro P. Entre vírus e devires: a pandemia como informação. *ClimaCom – Epidemiologias*, Campinas, ano 7, n. 19, 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/pandemia-como-informacao/>

GONÇALVES, Flora Rodrigues. Medicalização da política: a vida social da cloroquina e seus demais agenciamentos. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, n. 27, 2020.

HARAWAY, Donna. *Las promesas de los monstruos*. Barcelona: Holobionte Ediciones, 2019.

KIRKSEY, Eben. The emergence of COVID-19: A multispecies story. *Anthropology Now*, v. 12, n. 1, p. 11-16, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. Companhia das letras, 2020.

LAGROU, Els. *Nisun: a vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo corona vírus*. Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, 2020.

LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: n-1 edições. Coleção Pandemia Crítica. 2020. Disponível em <https://n-1edicoes.org/008-1>

MARIN, Andreia A. Vidas que as “vidas que importam” comportam: alteridade e exclusões. *ClimaCom – Epidemiologias*, Campinas, ano 7, n. 19, 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/vidas-que-importam/>

MORAES, Alana. Neoextrativismo, guerra de mundos e hegemonia cibernética: como nos tornamos um laboratório pandêmico? *Revista do PIMENTALAB- Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento da UNIFESP*, Volume 1, Abril de 2021

MUNDURUKU, Alessandra Korap; CHAVES, Kena Azevedo. “Precisamos estar vivos para seguir na luta”: pandemia e a luta das mulheres Munduruku. *Mundo Amazônico*, v. 11, n. 2, 2020.

NETO, Cicero Pedrosa. *Caos na Pandemia: quilombolas também ficarão de fora da vacinação prioritária*. 19/01/2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-quilombolas-tambem-ficaram-de-fora-da-vacinacao-prioritaria/>.

PRECIADO, Paul B. 2020. *Aprendendo do vírus*. São Paulo: n-1 edições. Coleção Pandemia Crítica. Disponível em <https://n-1edicoes.org/004>

RABELO, Raphael. *Mapas mostram vulnerabilidade nas comunidades tradicionais da Amazônia*

diante da pandemia de COVID-19. 15/07/2020. Disponível em: <http://ecam.org.br/noticias-e-ediciais/noticias/vulnerabilidade-nas-comunidades-tradicionais-da-amazonia-diante-da-covid-19/>.

RIBEIRO, Maria Fernanda. *Pandemia já deixa rastro de destruição nos quilombos da Amazônia*. 06/05/2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-ja-deixa-rastro-de-destruicao-nos-quilombos-da-amazonia/>.

SANTOS, Maria Amélia dos. *Quilombolas do rio Andirá e o enfrentamento à pandemia*. 26/08/2020. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2020/08/26/portugues-quilombolas-do-rio-andira-e-o-enfrentamento-a-pandemia/>.

SANTOS, Márcia dos et al. *População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde*. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020.

SEGATA, Jean. *A pandemia e o digital*. *Revista Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2020, p. 7-15.

SEPROR. *Sepror apoia ação social em comunidade quilombola de Itacoatiara*. 26/05/2020. Disponível em: <http://www.sepror.am.gov.br/2020/05/26/sepror-apoia-acao-social-em-comunidade-quilombola-de-itacoatiara/>. Acesso em: 29/09/2021.

SIMÕES, Nataly. *Ser negro e quilombola na Amazônia é depender apenas do SUS para atendimento na pandemia*. 09/02/2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/ser-negro-e-quilombola-na-amazonia-e-depender-apenas-do-sus-para-atendimento-na-pandemia>.

STOLL, Emilie; ALENCAR, Edna; BENITZ, Tabatha. ; CARDOSO, Thiago. M. ; FLORES, Lúiza. D.; CAPREDON, Elise; FOLHES, Ricardo; CORTES, João Paulo.; TUPIASSU, Lise; FISCHER, Luly; PRIAM, Jonathan. *La difficile transparence des statistiques épidémiologiques de la Covid-19 ou comment les minorités peinent à exister dans la bataille des chiffres en Amazonie*. *Anthropologica*, Société canadienne d'anthropologie (CASCA), no prelo.

TERRA DE DIREITOS. *Direito ao território quilombola na Amazônia e a pandemia*. 01/02/2021. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/covid19/artigos/direito-ao-territorio-quilombola-na-amazonia-e-a-pandemia/23532>.

VILAÇA, Aparecida. *Morte na Floresta*. São Paulo: Editora Todavia. 2020, 56 p.

VIVEIROS de Castro, E. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena*. In: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify., 2002

WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. Editora Elefante, 2020.

Recebido em: 31/10/2021

Aceito em: 31/01/2022